

1.º vogal suplente — Maria Alexandra Moreira Losa Faria Castro, chefe de divisão.

2.º vogal suplente — Carla Maria Rebelo Jardim Lopes Miranda, chefe de divisão.

Referência n.º 3/2007:

Presidente — Rui Manuel Martins Melo, director de departamento.

1.º vogal efectivo — Raul Gomes Taveira de Lima, chefe de divisão.

2.º vogal efectivo — Isabel Maria Benito Clemente, chefe de divisão.

1.º vogal suplente — Anabela Martinho Gonçalves dos Santos, técnica superior de 2.ª classe.

2.º vogal suplente — Rodrigo Manuel Silva Carlos Soares, arquitecto principal.

Referência n.º 4/2007:

Presidente — João Luís Rodrigues Sousa Gabriel, director de departamento.

1.º vogal efectivo — Carla Maria Rebelo Jardim Lopes Miranda, chefe de divisão.

2.º vogal efectivo — Vanda Cristina Sobral Dâmaso Hubbe, chefe de divisão.

1.º vogal suplente — Luísa Salomé Freixo Lopes de Castro Nogueira, técnica superior de 1.ª classe.

2.º vogal suplente — Sílvia Maria Balão de Vilela Brazão, arquitecta principal.

Referência n.º 6/2007

Presidente — Maria Amélia Tomás Ribeiro, chefe de divisão.

1.º vogal efectivo — Paulo Jorge Rego Serranito, engenheiro técnico civil especialista.

2.º vogal efectivo — José Cândido Neto Mateus, técnico profissional de 1.ª classe.

1.º vogal suplente — Patrícia Sofia Augusto Mestre, engenheira de ciências do ambiente de 2.ª classe.

2.º vogal suplente — Ana Cristina Serra Cardoso Silva, engenheira de ciências do ambiente de 1.ª classe.

Referência n.º 7/2007:

Presidente — Maria Ercília Botelho da Palma, directora de departamento.

1.º vogal efectivo — Rui Miguel Alves Silveiro, chefe de divisão.

2.º vogal efectivo — Pedro Miguel Pereira de Araújo, engenheiro civil de 2.ª classe.

1.º vogal suplente — Hernâni Manuel Branco Nunes, técnico profissional de construção civil especialista principal.

2.º vogal suplente — José Soares Loureiro, encarregado geral.

Referência n.º 8/2007:

Presidente — Rui Miguel Alves Silveiro, chefe de divisão.

1.º vogal efectivo — Hernâni Manuel Branco Nunes, técnico profissional de construção civil especialista principal.

2.º vogal efectivo — Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, director de projecto municipal.

1.º vogal suplente — João Manuel Narciso Ramos, encarregado geral.

2.º vogal suplente — Francisco Manuel Amendoinha Parrança, calçeteiro principal.

Referência n.º 9/2007:

Presidente — Maria Ercília Botelho da Palma, directora de departamento.

1.º vogal efectivo — Pedro Miguel Pereira de Araújo, engenheiro civil de 2.ª classe.

2.º vogal efectivo — José Soares Loureiro, encarregado geral.

1.º vogal suplente — Humberto dos Santos Lemos Costa, engenheiro mecânico assessor principal.

2.º vogal suplente — José Gonçalves Ascensão, encarregado.

Referência n.º 10/2007:

Presidente — Maria Alexandra Moreira Losa de Faria e Castro, chefe de divisão.

1.º vogal efectivo — Maria José Conceição Santos Camacho Rodrigues, engenheira de ciências agrárias de 1.ª classe.

2.º vogal efectivo — Maria Olinda Domingues, engenheira de ciências agrárias de 1.ª classe.

1.º vogal suplente — Célia da Conceição Xavier Geada, engenheira técnica de 2.ª classe.

2.º vogal suplente — Jorge Eduardo Bico Moura Didelet, director de departamento.

5.1 — Os presidentes dos júris dos concursos serão substituídos, nas suas faltas e impedimentos, pelos 1.ºs vogais efectivos.

6 — São requisitos de admissão aos respectivos concursos:

Referência n.º 1/2007 — os definidos no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, conjugado com a alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro;

Referência n.º 2/2007 — os definidos no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, conjugado com a alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro;

Referência n.º 3/2007 — os definidos no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro;

Referência n.º 4/2007 — os definidos no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro;

Referência n.º 6/2007 — os definidos no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, conjugado com o n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 518/99, de 10 de Dezembro;

Referência n.º 7/2007 — os definidos no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, conjugado com o n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 518/99, de 10 de Dezembro;

Referência n.º 8/2007 — os definidos no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, conjugado com o n.º 2 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro;

Referência n.º 9/2007 — os definidos no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, conjugado com o n.º 2 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro;

Referência n.º 10/2007 — os definidos no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, conjugado com o n.º 2 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro.

7 — As candidaturas deverão ser formalizadas em requerimento tipo, a fornecer pela Divisão de Recursos Humanos, podendo ser entregue pessoalmente ou remetido pelo correio, em carta registada com aviso de recepção, para a Divisão de Recursos Humanos, sita na Rua de Cândido dos Reis, 92, 2840-503 Seixal.

8 — Os requerimentos de admissão deverão ser obrigatoriamente acompanhados, sob pena de exclusão, dos seguintes documentos:

a) Fotocópia do bilhete de identidade (frente e verso);

b) *Curriculum vitae*, devidamente datado, assinado e documentado, nomeadamente com fotocópia dos documentos comprovativos da frequência das acções de formação;

c) Certificado de habilitações (original ou cópia);

d) Declaração devidamente autenticada e actualizada, emitida pelo organismo ao qual o candidato pertence, onde conste inequivocamente a natureza do vínculo, o tempo na categoria, na carreira e na função pública e, ainda, o conteúdo funcional com especificação das tarefas e responsabilidades inerentes ao posto de trabalho que ocupa, bem como a classificação de serviço dos últimos três anos ou seis anos.

9 — Os candidatos que sejam funcionários desta autarquia são dispensados da apresentação dos documentos a que aludem as alíneas c) e a segunda parte da alínea b) do número anterior, desde que estes constem do processo individual e da declaração a que alude a alínea d).

10 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

11 — As candidaturas que não obedeçam aos requisitos previstos no presente aviso serão excluídas.

12 — A lista de candidatos admitidos a concurso e a classificação final serão afixadas na Divisão de Recursos Humanos e notificadas aos candidatos nos termos dos artigos 34.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

13 — Em cumprimento do artigo 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, foi feita consulta à bolsa de emprego público, não existindo quaisquer candidatos, em situação de mobilidade especial, para os concursos em causa, conforme ofícios da Direcção-Geral da Administração Pública n.ºs 3469, de 4 de Maio de 2007, e 3524, 3526, 3528, 3529, 3532, 3533, 3535 e 3536, de 7 de Maio de 2007.

6 de Junho de 2007. — A Vereadora do Pelouro dos Recursos Humanos, Património e Acção Social, *Corália de Almeida Loureiro*.
2611021235

CÂMARA MUNICIPAL DE SINES

Aviso n.º 11 172/2007

Discussão pública do projecto de alteração à licença de operação de loteamento da Raposeira, em Porto Covo

Marisa Rodrigues dos Santos, vereadora do pelouro das obras e urbanismo da Câmara Municipal de Sines, faz público, nos termos do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, e conforme deliberação da reunião da Câmara Municipal de Sines de 1 de Março de 2007, que se encontra em discussão pública, por um período de 15 dias, contados a partir do 8.º dia ao da publicação do aviso no *Diário da República*, o projecto de alteração à licença

de operação do loteamento, acompanhado dos respectivos pareceres, do prédio em Raposeira, Porto Covo, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 00339/050189, da freguesia de Porto Covo, em que é requerente LOUSATLÂNTICO — Turismo, L.ª

Os interessados poderão, no prazo fixado, consultar a presente proposta de alteração todos os dias úteis, das 9 horas às 15 horas e 30 minutos, no Edifício Técnico da Câmara Municipal de Sines, Secção Administrativa de Urbanismo, sito na Estrada da Nossa Senhora dos Remédios, São Marcos, em Sines, e, se o entenderem, apresentar, por escrito, exposições ou formular sugestões relativas à mesma.

E para constar se passou o presente edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares públicos do costume.

7 de Março de 2007. — A Vereadora, com competência delegada, *Marisa Rodrigues dos Santos*.

2611021157

CÂMARA MUNICIPAL DE SOURE

Aviso n.º 11 173/2007

Para os devidos efeitos, torna-se público que, em cumprimento com o meu despacho de 3 de Abril de 2007, se procedeu à execução da sentença de 27 de Junho de 2005, confirmada pelo Acórdão do Tribunal Central do Norte de 20 de Dezembro de 2006, que declara nulo o despacho do presidente da Câmara Municipal de Soure de 15 de Fevereiro de 2001 em que foi nomeada a assistente administrativa principal Isaura Maria Costa Neves como chefe de secção de Protocolos e Relações Públicas, reposicionando a funcionária em causa na categoria e função de assistente administrativa principal, com efeitos imediatos.

7 de Maio de 2007. — O Vice-Presidente da Câmara, *Santos Mota*.

2611021354

Aviso n.º 11 174/2007

Para os devidos efeitos, torna-se público que, em cumprimento com o meu despacho de 2 de Abril de 2007, se procedeu à execução da sentença de 22 de Junho de 2005, confirmada pelo Acórdão do Tribunal Central do Norte de 29 de Novembro de 2006 que declara nulo o despacho do presidente da Câmara Municipal de Soure de 15 de Fevereiro de 2001 em que foi nomeado o encarregado Carlos Manuel Coelho Praça Pedroso como encarregado geral, reposicionando o funcionário em causa na categoria e função de encarregado, com efeitos imediatos.

7 de Maio de 2007. — O Vice-Presidente da Câmara, *Santos Mota*.

2611021356

CÂMARA MUNICIPAL DE TAVIRA

Aviso n.º 11 175/2007

Para os devidos efeitos, faz-se público que, por meu despacho de 31 de Maio de 2007, foi nomeada a candidata Élia Cristina Puga Ramos Martins, aprovada no concurso externo de ingresso para uma vaga de técnico superior de 2.ª classe, da carreira de técnico superior (licenciatura em Psicologia).

Nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, a candidata tem o prazo de 20 dias para aceitação da nomeação, após a publicação do presente aviso no *Diário da República*.

8 de Junho de 2007. — O Vereador do Desporto e Economia, *Carlos Manuel dos Santos Baracho*.

2611021547

CÂMARA MUNICIPAL DE TERRAS DE BOURO

Aviso n.º 11 176/2007

Nomeação — Concurso interno geral de acesso para provimento de dois lugares de assistente administrativo especialista

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do presidente da Câmara Municipal de 4 de Junho de 2007, foram nomeadas candidatas ao concurso interno geral de acesso para provimento de dois lugares de assistente administrativo especialista, aberto por aviso de 24 de Janeiro de 2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 49, de 9 de Março de 2007, Maria Angelina da Silva Cosme e Maria do Socorro César Azevedo Leal.

As candidatas nomeadas deverão tomar posse no prazo de 20 dias a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*.

5 de Junho de 2007. — O Presidente da Câmara, *António José Ferreira Afonso*.

2611021201

Aviso n.º 11 177/2007

Nomeação — Concurso interno geral de acesso para provimento de três lugares de assistente administrativo principal

Para os devidos efeitos torna-se público que, por despacho do presidente da Câmara Municipal de 4 de Junho de 2007, foram nomeados os seguintes candidatos ao concurso interno geral de acesso para provimento de três lugares de assistente administrativo principal, aberto por aviso de 24 de Janeiro de 2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 49, de 9 de Março de 2007:

Ana Paula Lopes Correia.
Luísa Maria Soares Marques.
Paulo Ângelo Soares Morgado.

Os candidatos nomeados deverão tomar posse no prazo de 20 dias a contar a partir da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

5 de Junho de 2007. — O Presidente da Câmara, *António José Ferreira Afonso*.

2611021197

CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS

Aviso (extracto) n.º 11 178/2007

Torna-se público que, por despacho do signatário de 25 de Maio de 2007, foi admitida a estágio, para provimento de um lugar de técnico superior de 2.ª classe (psicologia), a candidata classificada em 1.º lugar no concurso efectuado, Lílina Sofia Anselmo da Cruz Viana da Costa.

6 de Junho de 2007. — O Vereador, por delegação de competências do Presidente da Câmara, *Sérgio Paulo Matias Galvão*.

2611021451

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL

Aviso n.º 11 179/2007

Torna-se público que, por despacho de 4 de Junho de 2007, na sequência de processo de reclassificação profissional, foi Denise de Fátima Fernandes Pinto provida definitivamente na carreira técnico-profissional de arquivo, categoria de 2.ª classe, nos termos do n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, aplicável por força do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro.

8 de Junho de 2007. — O Presidente da Câmara, *Manuel do Nascimento Martins*.

2611021716

JUNTA DE FREGUESIA DE ALCANENA

Despacho n.º 12 589/2007

No uso da competência que me é conferida pelo n.º 1, alínea d), do artigo 34.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro (gerir os recursos humanos ao serviço da freguesia), e considerando o disposto no artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho:

O júri do concurso externo de ingresso para provimento de um lugar do grupo de pessoal auxiliar, carreira de auxiliar administrativo, categoria de auxiliar administrativo, atribuiu ao único candidato a seguinte classificação:

Jorge Manuel Soares Paiva — 18,39 valores.

Foi efectuada a audiência prévia aos candidatos, não tendo sido apresentado qualquer recurso ou reclamação.

Assim, nomeio, nos termos do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, o candidato único Jorge Manuel Soares Paiva para o lugar posto a concurso por aviso publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 39, de 23 de Fevereiro de 2006.

A presente nomeação efectua-se ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro.

Dado que o presente processo não está sujeito à fiscalização prévia do Tribunal de Contas, como dispõe o artigo 46.º, n.º 1, conjugado com o artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, determino que a presente nomeação seja publicada na 2.ª série do *Diário da República*, devendo o candidato tomar posse no prazo de 20 dias úteis após a referida publicação.

24 de Maio de 2007. — O Presidente, *Celestiano Manuel Mendrico Gameiro*.

2611021543